

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A EBTE auferiu a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais:

	2019	2018
Disponibilidade (%)	100,00%	100,00%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as funções de transmissão encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2019, a EBTE realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2019/2020; 2. Desenvolvimento de Sistema de Realidade Virtual e Aumentada para Treinamento e Auxílio à Manutenção; 3. Desenvolvimento de um sistema de monitoramento de qualidade de energia e tomada de decisões em

linhas de transmissão; 4. Fadiga de cabos de alumínio liga (CAL) 1120 e 6201: Estudo comparativo, efeito de grampos AGS e de emendas pré-formadas; 5. Tecnologia de sensores em fibras ótica para supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica - TECCON 2 e 6. Estudo e desenvolvimento de metodologias de inspeção autônoma em linhas de transmissão - Desenvolvimento de Cabeça de Série. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2019, os resultados da EBTE foram:

	Relatório	Sociário
Lucro líquido	13.572	34.507
EBITDA	38.380	53.949

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da EBTE.

A Diretoria

Balço Patrimonial

31 de dezembro de 2019 e 2018

	Nota	2019	2018
Ativo Circulante		67.909	65.211
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.913	6.875
Investimento de curto prazo			
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	4	9.086	-
Outros tributos a pagar		4.825	5.345
Dividendos a pagar		1.820	1.353
Ativo contratual da concessão IR e CS compensáveis	5	38.036	43.933
Outros tributos compensáveis		976	228
Adiantamento a fornecedores		4.805	4.797
Outros ativos		2.448	2.680
Ativo não Circulante		424.174	398.783
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		391	395
Ativo contratual da concessão	5	422.230	396.669
Outros ativos		1.216	1.619
Imobilizado		331	82
Intangível		6	18
Total do Ativo		492.083	463.994

	Nota	2019	2018
Passivo Circulante		44.510	38.129
Debêntures e arrendamento mercantil	6	21.979	21.855
Fornecedores		3.653	2.786
IR e CS a pagar		930	1.328
Outros tributos a pagar		2.293	2.174
Dividendos a pagar		953	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	8	4.768	1.946
Outros passivos		9.934	8.040
Passivo não Circulante		165.576	177.422
Debêntures e arrendamento mercantil	6	55.015	76.566
IR e CS diferidos	7	46.103	38.332
Provisão para contingências	9	18	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	8	51.837	54.279
Provisão para compensação ambiental		12.184	7.736
Outros passivos		419	419
Patrimônio Líquido		281.997	248.443
Capital social	10	274.762	274.762
Reservas de lucro	10	4.374	-
Reservas acumuladas		-	(26.319)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		492.083	463.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Nota	Reservas de lucros				Lucro (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros retencion		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	270.209	10.270	4.595	155.641	440.715	440.715
Adoção CPC 47, feito em 1º de janeiro de 2018	-	-	-	-	(184.119)	(184.119)
Absorção de prejuízos	-	(10.270)	(5.111)	(120.641)	136.022	-
Aumento de capital	4.553	-	(4.553)	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	(42)	-	26.889	26.847
Destinação proposta à AGO:	-	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	5.111	-	(5.111)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	(35.000)	-	(35.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	274.762	-	-	(26.319)	248.443	248.443
Destinação proposta à AGO:	-	-	-	-	34.507	34.507
Reserva legal	410	-	-	-	(410)	-
Incentivo fiscal	-	-	3.964	-	(3.964)	-
Dividendos adicionais obrigatórios	-	-	-	(953)	(953)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	2.861	(2.861)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.274.762	410	3.964	2.861	-	281.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 30/07/2008 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala E - São Paulo - SP. A EBTE possui o direito de explorar diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Número	Prazo Vigência (anos)	Data de entrada em operação	Índice de correção	Data de entrada em operação comercial
01/2008	30	2038	46,126	IPCA
junho/11				

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$50.989. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da EBTE entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 12/03/2020. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àsquelas utilizadas pela Administração em sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da EBTE. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, civis e trabalhistas. **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. **Determinação das receitas de implementação de infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. **Determinação dos serviços de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços e margem suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção. Durante o exercício de 2019, a Companhia aprimorou as suas estimativas e, consequentemente, a mensuração dos fluxos de caixa para registros de ativos de concessão. O efeito do aprimoramento no processo de estimativa de tais fluxos de caixa no resultado da Companhia no exercício findo em 31/12/2019 foi de R\$37.023.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como "valor justo por meio do resultado". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Ativo contratual da concessão:** O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto, atualmente os projetos

da companhia são remunerados a taxas que variam de 6% a 10%; e (ii) atualizado pelo IPCA. **3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração da EBTE revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31/12/2019, a EBTE não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4. Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja o valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados sujeitos a juros são mensurados, subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.5. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a EBTE possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.6.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas:** As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.7. Arrendamentos:** A EBTE avalia, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a EBTE reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remunerações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros: incremental ou de mercado, dependendo do caso. **3.8. Tributos sobre a receita:** As receitas da EBTE estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%; **3.8.2. IR e CS Correntes:** O IR e a CS da EBTE são calculados pelo regime de lucro real. A EBTE possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31/12/2020, respectivamente, que consiste na redução de 75% do IR devido, calculado com base no lucro da exploração. **Diferidos:** Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o mesmo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. **3.9. Reconhecimento da receita:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **3.9.1. Receita de implantação de infraestrutura:** Refere-se a serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo, ao projeto embute margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios. **3.9.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos lucros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.9.3. Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção têm início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M ou IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante. **3.9.4. Receitas de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2019 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis. • CPC 23 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; • CPC 48 (IFRS 15) - Recurso de pagamento antecipado com compensação negativa; • CPC 33 (RI 1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos; • CPC 06 (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil - Como resultado da aplicação inicial dessa norma, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu em 1/01/2019 R\$317 de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento. No exercício findo em 31/12/2019, a Companhia reconheceu R\$90 de amortização e R\$26 de juros e correção monetária destes arrendamentos. **3.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da EBTE e suas controladas, estão descritas a seguir. A EBTE pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • Alterações ao CPC 15 (RI 1): Definição de negócios; • Alterações ao CPC 26 (RI 1) e IAS 8: Definição de omissão material; • Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro; • Alterações ao CPC 20 (RI 1) - Custos de Empréstimos:

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Nota	2019	2018
Receita Operacional Líquida		63.220	56.433
Custo dos Serviços Prestados		(90)	-
Pessoal		(3.532)	(3.464)
Material e serviços de terceiros		(3.958)	(5.856)
Depreciação e amortização		(90)	-
Outros		(497)	(444)
Custo de implantação de infraestrutura		-	(5.100)
Lucro Bruto		55.143	41.569
(Despesas) Receitas Operacionais		(795)	(1)
Despesas gerais e administrativas		(431)	(391)
Pessoal e administradores		(14)	(27)
Material e serviços de terceiros		(59)	(92)
Depreciação e amortização		(1.299)	(511)
Outras		(53.844)	(41.058)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		12	687
Receitas financeiras		12	824
Despesas financeiras		(10.818)	(7.802)
Lucro antes da CS e do IR		43.713	34.080
IR e CS		13	(1.435)
IR e CS correntes		13	(1.435)
IR e CS diferidos	7 e 13	(7.771)	(5.398)
Lucro Líquido do Exercício		34.507	26.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	34.507	26.889
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	34.507	26.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO

	2019	2018
Caixa e bancos	49	110
Aplicações financeiras	14.950	6.765
	14.999	6.875
	5.913	6.875
	9.086	-

Caixa e equivalentes investimento de curto prazo As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média 96,59% do CDI em 31/12/2019 (96,53% do CDI em 31/12/2018).

5. ATIVO CONTRATUAL DA CONCESSÃO

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da EBTE é, ou será recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida (RAP) recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, a partir da data de disponibilização para operação das linhas de transmissão; (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão

	2019	2018
Adoção CPC 47	579.855	(184.119)
Receita de operação e manutenção	8.921	53.283
Remuneração do ativo contratual da concessão	53.283	5.087
Receita de implantação de infraestrutura	5.087	(316)
(-) Parcela variável	(22.109)	(22.109)
Realização do ativo contratual (recebimento)	440.602	19.992
Receita de operação e manutenção	42.976	10.423
Remuneração do ativo contratual da concessão	10.423	(16)
Receita de implantação de infraestrutura	(52.811)	(16)
(-) Parcela variável	460.266	460.266
Realização do ativo contratual (recebimento)	38.036	422.230
Contas a receber da concessão - circulante	460.266	460.266
Contas		

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos-chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) análise das premissas e julgamentos utilizados pela administração para definição da margem de construção e margem de operação e manutenção; iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 28 de março de 2019, com uma opinião sem modificação sobre

essas demonstrações contábeis. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras

e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e

se as demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2020



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP034519/O-6
Rita de C. S. Freitas
 Contadora - CRC-1SP214160/O-5